

A. I. N° - 207095.0606/04-0
AUTUADO - RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
AUTUANTE - JOSÉ PDERO ROBERTSON DE SOUSA
ORIGEM - INFAZ ALAGOINHAS
INTERNET - 15/12/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0458-03/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. **a)** RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS. Infração comprovada. **b)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. A legislação estabelece que o imposto devido pela microempresa será recolhido mensalmente, correspondente a valores fixos em função da receita bruta. Comprovado o pagamento de apenas um mês do levantamento fiscal, inexistindo comprovação quanto aos demais meses. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. O documento fiscal também foi objeto de exigência do imposto na quarta infração, por isso, a multa referente à obrigação principal absorve a que está sendo aplicada por descumprimento de obrigação acessória. **3.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Não foi comprovado o recolhimento do tributo por antecipação conforme previsto na legislação. Refeitos os cálculos pelo autuante o imposto originalmente apurado ficou reduzido. Indeferido o pedido de diligência fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 04/06/2004, refere-se à exigência de R\$2.741,34 de ICMS, acrescido das multas de 50% e 60%, além da multa no valor de R\$577,04, por falta de cumprimento de obrigação acessória, em decorrência de:

1. Recolheu a menos o ICMS, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração (SIMBAHIA), no mês de março de 2002. Valor do débito: R\$50,00;
2. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração (SIMBAHIA), nos meses de novembro e dezembro de 2002; março a junho de 2003. Valor do débito: R\$600,00;
3. Deu entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida a multa de 10% sobre o valor das mercadorias, nos meses de agosto,

setembro e dezembro de 2001; janeiro, maio, setembro e dezembro de 2002; janeiro e outubro de 2003. Valor do débito: R\$577,04;

4. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88 do RICMS-BA. Valor do débito: R\$2.091,34.

Consta à fl. 90 dos autos, Termo de Revelia, lavrado em 22/07/2004, por falta de apresentação de defesa ou de pagamento do débito pelo autuado, por isso, o PAF foi encaminhado à SAT/DARC/GECOB para inscrição do débito em dívida ativa.

À fl. 95, foi sugerido ao Sr. Procurador da PGE/PROFIS alteração da multa, de 60% para 50%, relativamente aos itens 01 a 15 da infração 04, porque se trata de falta de antecipação de ICMS por microempresa, consoante o art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei 7.014/96.

De acordo com o Parecer às fls. 96 a 99, foi autorizada a alteração do percentual fixado a título de multa, relativamente aos itens 01 a 15 da infração 04, por isso, os autos foram encaminhados à Infaz de origem para as providências quanto ao registro competente e intimação ao contribuinte com a concessão de novo prazo para apresentação de defesa.

Realizada a alteração do percentual de multa referente à infração 04, o autuado foi intimado da mencionada alteração (fl. 105), sendo também comunicado quanto à reabertura do prazo de defesa.

O autuado apresentou impugnação (fls. 109 a 112), alegando que, de acordo com os DAEs que anexou às razões de defesa, todo o ICMS foi recolhido observando o Regime Simplificado de Apuração, inexistindo qualquer débito a ser pago. Disse que nos meses apontados pelo Fisco não houve qualquer omissão de pagamento do ICMS, inclusive o imposto por antecipação, em regime de substituição tributária que foi pago pelo fornecedor, que registrou tal ocorrência nas Notas Fiscais correspondentes. Salienta que o confronto entre os valores consignados nos Documentos de Arrecadação e nas Notas Fiscais objeto da autuação demonstra a regularidade dos pagamentos efetuados.

O defendente cita o art. 156, inciso I, do CTN, argumentando que o crédito tributário objeto do presente Auto de Infração encontra-se extinto, e por isso, não existe previsão legal para o prosseguimento deste processo. Assim, pede a total improcedência da autuação, protestando pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, juntada de documentos, bem como a remessa dos autos à ASTEC para diligência.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 127 e 128 dos autos, informa, inicialmente, que, desenvolvendo a atividade de monitoramento, intimou o autuado a apresentar os comprovantes de recolhimento do ICMS, e como não foi atendido, elaborou o demonstrativo à fl. 20, elencando os documentos fiscais oriundos do CFAMT, fls. 21 a 58 e os omissos de pagamento do ICMS constantes do livro Registro de Entrada de Mercadorias (fls. 59 a 85). Disse que o percentual de multa é dado pelo Sistema, logo após a informação da data de ocorrência do fato gerador, inexistindo erro no preenchimento por parte do preposto fiscal. Disse ainda, que o autuado deixou de apresentar a sua defesa, mesmo tendo sido regularmente intimado pelo Correio com “AR”, e por isso, foi requerida a inscrição do débito em dívida ativa.

Considerando que o autuante, ao prestar informação fiscal, não tratou das alegações defensivas e das provas anexadas ao presente processo pelo sujeito passivo, e que a informação fiscal deve ser efetuada na forma estabelecida no § 6º, do art. 127, do RPAF/99, esta 3ª JJF, converteu o presente processo em diligência à Infaz de origem (fl. 131) para o autuante prestar nova informação fiscal abrangendo todos os aspectos da defesa; excluir do valor exigido os pagamentos efetivamente

comprovados pelo contribuinte e indicar o saldo remanescente, se houver, elaborando novo demonstrativo de débito.

Em atendimento, o autuante prestou nova informação fiscal (fls. 134/135), esclarecendo que apesar de o defendente ter solicitado a procedência da autuação, não mencionou nas alegações defensivas as infrações 01 e 02, por isso, entende-se que houve reconhecimento dos valores apurados referentes às mencionadas infrações.

Quanto às demais infrações, o autuante informa que somente a NF 48359, de outubro de 2003, no valor de R\$539,25 enquadra-se na tipificação relativa à falta de lançamento no livro Registro de Entradas. Disse que o autuado foi enquadrado no Regime Normal em 01/07/2003, e o valor da multa é de R\$53,92.

Referente à quarta infração, o autuante esclarece que o contribuinte anexou comprovantes de recolhimento do imposto por antecipação, alguns com recolhimento total, outros com recolhimento parcial, existindo também, situações sem a necessária comprovação quanto ao recolhimento do imposto. Diz que os cálculos foram refeitos à fl. 135, apurando como devido o total de R\$694,93. Pede a procedência parcial do presente Auto de Infração, de acordo com os cálculos efetuados à fl. 135, apurando o débito total de R\$1.398,85.

O contribuinte foi intimado a tomar conhecimento da informação fiscal prestada pelo autuante, sendo anexada à intimação (fl. 136) a fotocópia da citada informação fiscal, cujo recebimento da intimação está comprovado pelo Aviso de Recebimento à fl. 137, e não foi apresentada qualquer manifestação pelo sujeito passivo.

VOTO

Inicialmente, quanto à alegação defensiva de que há necessidade da realização de diligência pela ASTEC, fica indeferido o pedido com base no art. 147, inciso I, do RPAF/99, tendo em vista que os elementos contidos nos autos são suficientes para as minhas conclusões acerca da lide.

A primeira infração trata de recolhimento do ICMS efetuado a menos, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração (SIMBAHIA), no mês de março de 2002.

De acordo com a Relação de DAEs do ano de 2002, à fl. 17 dos autos, consta o pagamento do imposto no valor de R\$50,00, e conforme Histórico de Condição à fl. 10 do presente processo, o autuado encontrava-se enquadrado como microempresa 3, e pela legislação vigente à época, o recolhimento do ICMS deveria ser no valor de R\$100,00, conforme art. 386-A, inciso III, do RICMS/97. Portanto, tendo em vista que ficou caracterizado o recolhimento do imposto efetuado a menos, fica mantida a exigência fiscal nesta infração.

A segunda infração, refere-se à falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração (SIMBAHIA), nos meses de novembro e dezembro de 2002; março a junho de 2003.

Constato que embora o autuado tenha declarado em sua impugnação que todo o ICMS foi recolhido observando o Regime Simplificado de Apuração, inexistindo qualquer débito a ser pago, não foi apresentado qualquer elemento para comprovar que o imposto exigido no presente Auto de Infração foi efetivamente recolhido. Não obstante a falta de comprovação das alegações defensivas, foi anexada à fls. 17 e 18 os autos, pelo autuante, “RELAÇÃO DE DAEs” constante do sistema de Informações do Contribuinte (INC), existindo registro quanto ao pagamento na condição de microempresa 3, no valor de R\$100,00 relativamente ao mês 11/2002. Assim, dos valores exigidos no presente lançamento, deve ser excluído o valor do imposto comprovadamente recolhido, e por isso, fica alterado o débito apurado nesta infração para R\$500,00. Mantida parcialmente a exigência fiscal.

A terceira infração é decorrente da entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida a multa de 10% sobre o valor das mercadorias.

Trata-se de aplicação de multa por falta de registro na escrita fiscal do contribuinte, de notas fiscais referentes às aquisições de mercadorias sujeitas a tributação, conforme demonstrativo à fl. 20 dos autos.

Na informação fiscal prestada à fl. 134, o autuante esclarece que “somente a NF 48359 de out/03, no valor de R\$539,25 enquadra-se na tipificação de omissão de registro no livro de Entradas”, considerando que o autuado anteriormente era microempresa, dispensado de escrituração do livro Registro de Entradas de Mercadorias, sendo enquadrado no Regime Normal a partir de 01/07/2003. Por isso, o autuante informa que o valor da multa fica alterado para R\$53,92.

Entendo que está correto o posicionamento adotado pelo autuante, tendo em vista que, de acordo com o Histórico de Condição, o autuado esteve enquadrado como microempresa, até 01/07/2003, quando foi alterado o seu enquadramento para o Regime Normal, sendo obrigado a partir desse enquadramento a lançar as notas fiscais das aquisições de mercadorias no livro Registro de Entradas por ordem cronológica, sendo que os lançamentos devem ser feitos documento por documento, haja vista que o mencionado livro se destina a registrar as entradas, a qualquer título, de mercadorias ou bens no estabelecimento, consoante o art. 322, do RICMS/97. Assim, o autuante concluiu que deve ser alterada a multa exigida para R\$53,92, relativamente à NF 48359.

Em relação à nota fiscal não lançada (NF 48359), observo que a falta de sua escrituração constitui irregularidade punível com multa de 10% do valor comercial do bem, mercadoria ou serviço sujeito a tributação, conforme art. 42, inciso IX, da Lei 7.014/96. Entretanto, considerando que a mencionada Nota Fiscal 48359 também foi objeto de exigência do imposto na quarta infração, a multa referente à obrigação principal absorve a que está sendo aplicada nesta infração, por descumprimento de obrigação acessória, consoante o § 5º, do art. 42, da Lei 7.014/96. Portanto, não subsiste a exigência fiscal nesta infração.

A infração 04, trata da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições interestaduais de mercadorias relacionadas no anexo 88 do RICMS-BA, sendo alegado pelo defendente que o imposto foi pago, e o confronto entre os valores consignados nos Documentos de Arrecadação e nas Notas Fiscais objeto da autuação demonstra a regularidade dos pagamentos efetuados.

Considerando os comprovantes de recolhimento do imposto acostados aos autos pelo contribuinte, o autuante refez os cálculos, ficando o débito originalmente apurado, alterado de R\$2.091,34 para R\$694,93, conforme demonstrativo à fl. 135.

Vale ressaltar, que foi dado conhecimento ao autuado do novo valor do débito apurado pelo autuante, sendo expedida intimação acompanhada da informação fiscal e demonstrativos, entretanto, não foi apresentada qualquer manifestação pelo sujeito passivo.

Acato o novo valor apontado pelo autuante, após as exclusões dos recolhimentos comprovados pelo contribuinte, e por isso, subsiste em parte essa infração, no valor de R\$694,93.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme demonstrativo abaixo:

INFRAÇÃO Nº	CONCLUSÃO	IMPOSTO
01	PROCEDENTE	50,00
02	PROCEDENTE EM PARTE	500,00
03	IMPROCEDENTE	
04	PROCEDENTE EM PARTE	694,93
TOTAL		1.244,93

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **207095.0606/04-0**, lavrado contra **RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.244,93**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, itens 1 e 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de dezembro de 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA AGUIAR - JULGADORA